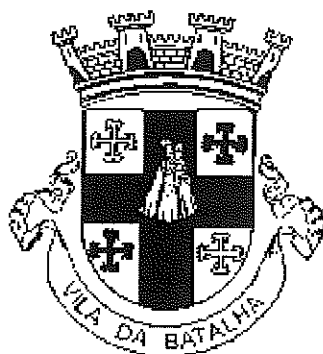
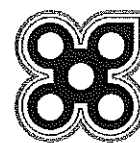


Alcides



CÂMARA MUNICIPAL DA BATALHA

**ATA Nr. 09
REUNIÃO
DE
2015/04/13**



BATALHA
CÂMARA MUNICIPAL

(Mandato 2013-2017)



MUNICÍPIO DA BATALHA
CÂMARA MUNICIPAL DA BATALHA
(GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA)

Alcides

Página 1 de 29

ATA N.º 9/2015

Aos treze dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, no Salão Nobre dos Paços do Município, sito na Vila da Batalha, reuniu, em sessão ordinária, a Câmara Municipal da Batalha, tendo estado presentes os Excelentíssimos Senhores:

Presidente: PAULO JORGE FRAZÃO BATISTA DOS SANTOS

Vice-Presidente: CARLOS ALBERTO OLIVEIRA HENRIQUES

Vereadores: CARLOS AGOSTINHO COSTA MONTEIRO

CÍNTIA MANUELA DA SILVA

CARLOS EMANUEL OLIVEIRA REPOLHO

NUNO RICARDO SILVA BARRACA

ANDRÉ DA COSTA LOUREIRO

**

A reunião foi secretariada e a ata redigida por Helena Maria Paula Vicente, Secretária do G.A.P., designada para o efeito.

**

ABERTURA OFICIAL DA REUNIÃO

Pelo Senhor Presidente foi a reunião declarada aberta eram catorze horas e trinta minutos.

**

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

**

Informações Diversas:

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos, tendo prestado as seguintes informações:

1.ª - O Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Batalha, Sr. Francisco Freitas, dirigiu um convite em nome da Direção da Associação e seu Comando, a todos os elementos do Executivo para estarem presentes na cerimónia comemorativa do 37.º Aniversário da Associação, que decorrerá em São Mamede, no próximo dia 26 de abril (domingo).

2.ª - No fim-de-semana passado saiu na imprensa uma notícia dando conta que a Diocese de Leiria-Fátima, recusou a realização do concerto, agendado para o próximo dia 26 de abril, do Artista de Fado Camané na Igreja do Mosteiro da Batalha, informação que importa

esclarecer. Com efeito, apesar da Diocese Leiria – Fátima ter comunicado da necessidade de avaliar a realização de espetáculos musicais nos locais de culto, certo é que a Igreja do Mosteiro de Santa Maria da Vitória vai sofrer obras de requalificação, designadamente com a reabilitação do Altar, obra há muito tempo reclamada, e que irá ser realizada com a colaboração do Município da Batalha. Neste sentido, esclareceu que o concerto do Artista Camané será realizado no Claustro Real, tal como estava programado desde o início. —

3.^a – No que diz respeito ao processo de Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), o Município da Batalha iniciou o período de discussão pública do documento de acordo com o prazo que foi publicado e fixado em edital (30 dias seguidos), tendo sido realizada a primeira sessão de esclarecimento pública, no passado dia 10 de abril, no edifício dos Paços do Concelho, tendo-se registado uma grande participação por parte da população. Está já disponível ao público o micro site do PDM (<http://pdm.cm-batalha.pt>) contendo informação relevante sobre o processo em apreço, tendo igualmente sido cedida às Juntas de Freguesias a informação e os instrumentos necessários para apoio ao esclarecimento de eventuais questões que sejam colocadas pelos munícipes. —

4.^a – No decurso desta semana, irão realizar-se várias reuniões sobre o tema da Descentralização da Educação. A primeira decorrerá na terça-feira, dia 14 de abril, pelas 19h, no Agrupamento de Escolas com os pais e encarregados de educação; a segunda, na quarta-feira, dia 15 de abril, com o pessoal docente e não docente do Agrupamento de Escolas, e na quinta-feira, dia 16 de abril, realizar-se-á o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas da Batalha. É importante que este tema seja discutido com a população e comunidade educativa, procurando esclarecer as eventuais dúvidas e questões sobre esta temática. —

— Usou da palavra o **Senhor Vereador, Carlos Repolho**, referindo-se à necessidade de melhorar a sinalização dos percursos de BTT existentes no concelho, a fim de facilitar a informação aos ciclistas que pretendam circular no concelho da Batalha. Neste âmbito, sugeriu que fosse adquirida uma aplicação para os *iphones* onde fosse incluída esta informação assim como informações ao nível turístico. O **Senhor Presidente** agradeceu a questão que é pertinente, tendo esclarecido que a Câmara Municipal está a ultimar uma aplicação móvel suportada pelos principais dispositivos e interligada com o *site* do Município, que congrega três componentes: uma relacionada com o serviço de incidências (que permite a obtenção de fotos georreferenciadas), outra respeitante ao serviço de agenda



MUNICÍPIO DA BATALHA
CÂMARA MUNICIPAL DA BATALHA
(GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA)

Página 3 de 29

(para um contacto mais célere com o cidadão) e uma componente turística do concelho da Batalha, onde estão incluídos os percursos de BTT. _____

**

Aprovação da Ata: _____

Presente a Ata Nr. 08/2015 da reunião realizada em 30 de março de 2015, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída uma cópia a todos os membros do Executivo, tendo a Câmara Municipal, por unanimidade, aprovado a sua redação final. - _____

**

PERÍODO DA ORDEM DO DIA _____

O Senhor Presidente anunciou que se iria passar à discussão dos assuntos constantes da seguinte Ordem de Trabalho: _____

Processos de Obras Particulares _____

Processos de Obras Municipais _____

Cedência de Materiais/Calçada _____

Diversos _____

**

PROC. OBRAS PARTICULARES _____

DELIBERAÇÃO Nr. 2015/0182/D.O.T. (SAA) _____

Processos De Obras Particulares Despachados _____

Período De 26/03/2015 A 10/04/2015 _____

Aprovação Definitiva _____

Titular	Local Obra	Data Aprov.	Nr.P	Ano
António Luís	Quinta do Sobrado - Batalha	09-04-2015	109	2012
José Cerejo Pragosa	Branças - Batalha	09-04-2015	42	2011

A Câmara Municipal tomou conhecimento dos processos supracitados despachados superiormente no período compreendido entre 26 de março a 10 de abril de 2015. _____


**

DELIBERAÇÃO Nr. 2015/0183/D.O.T. (SAA) _____

Realização de Protocolo de Colaboração a outorgar entre o Município da Batalha e a Junta Regional de Leiria do Corpo Nacional de Escutas - Escutismo Católico Português _____



MUNICÍPIO DA BATALHA
CÂMARA MUNICIPAL DA BATALHA
(GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA)


Página 4 de 29

MGD n.º 59 de 13/04/2015

Presente proposta n.º 31/2015/G.A.P. emitida em 10/04/2015 pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos, que se transcreve: –

«Considerando que,

O Corpo Nacional de Escutas (CNE) - Escutismo Católico Português é uma associação de juventude, sem fins lucrativos, destinada à formação integral de jovens, com base no método criado por Baden-Powell e no voluntariado dos seus membros;

O CNE manifestou interesse em construir o CAFA – Centro de Acolhimento e Formação Ambiental (CAFA) “Quinta do Escuteiro”, sito na freguesia e concelho de Batalha que pretende acolher jovens oriundos não só dos vários lugares da região de Leiria, mas também de todo o território Nacional e de forma geral da Europa, em particular e com maior incidência os oriundos do país vizinho;

Trata-se de um projeto de interesse público, na medida que pretende fomentar o dinamismo das suas políticas de proteção e desenvolvimento das camadas mais jovens da sua população, mas também potencialmente das suas políticas de desenvolvimento turístico-cultural;

Considerando ainda que,

Constituem atribuições do Município da Batalha a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações (cf. n.º 1 do artigo 23.º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro);

O Município da Batalha dispõe de atribuições no domínio dos tempos livres e desporto e no domínio da ação social (cf. alíneas f) e h) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro);

Compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município (cf. alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro);

Compete à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuem para a promoção da saúde e prevenção das doenças (cf. alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro);



MUNICÍPIO DA BATALHA
CÂMARA MUNICIPAL DA BATALHA
(GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA)

Handwritten signature

Página 5 de 29

_____ O CNE é uma instituição reconhecida de Utilidade Pública, através de Declaração do Governo, datada de 1983/07/20, publicação no Diário da República n.º 177, III série, de 1983/08/08; _____

_____ Assim, e face aos pressupostos anteriormente referidos, **tenho a honra de propor, ao abrigo da competência prevista na alínea o) do n.º 1 artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que o Executivo Municipal aprecie e delibere:** _____

1) Aprovar a realização de um protocolo de colaboração a outorgar entre o Município da Batalha e a Junta Regional de Leiria do Corpo Nacional de Escutas – Escutismo Católico Português, por forma a estabelecer uma parceria entre o Município da Batalha e a JRL, no âmbito da dinamização e desenvolvimento da Quinta do Escuteiro (“QE”), projeto dirigido a todos os Escuteiros, assim como às crianças e jovens (não escuteiros) do concelho da Batalha e a todos quantos visitem a vila da Batalha; _____

2) Conceder plenos poderes ao Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos, ou ao Vice-Presidente, Carlos Alberto Oliveira Henriques, para a outorga do predito protocolo.» _____

_____ A Câmara Municipal apreciou e deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, nos termos supra aduzidos. _____

_____ ** _____

_____ **PROC. OBRAS MUNICIPAIS**

DELIBERAÇÃO Nr. 2015/0184/D.O.M. (SOAA) _____

Relação de Processos de Empreitadas/Fornecimentos (despachados proferidos ao abrigo da alínea f) do n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro) _____

_____ A Câmara Municipal tomou conhecimento dos despachos exarados pelo Senhor Presidente, em processos conduzidos na Divisão de Obras Municipais, no período compreendido entre 26 de março a 07 de abril de 2015 (ref. 014 a 016), cuja relação fica a fazer parte integrante desta deliberação, arquivada na pasta dos documentos presentes em reunião de Câmara. _____

_____ ** _____

_____ **CEDÊNCIA DE MATERIAIS/CALÇADA**

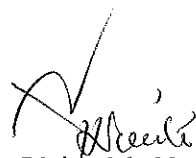
DELIBERAÇÃO Nr. 2015/0185/D.M.E. _____

REQ: Carlos Manuel Vieira Neto _____

Cedência de Calçada _____



MUNICÍPIO DA BATALHA
CÂMARA MUNICIPAL DA BATALHA
(GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA)


Página 6 de 29

MGD n.º 2023 de 26/03/2015

Presente comunicação, remetida por correio eletrónico, da Junta de Freguesia de São Mamede registado no MGD sob o n.º 2023 em 26/03/2015 a solicitar, em nome do munícipe Carlos Manuel Vieira Neto, residente na Rua Central n.º 23/25, no lugar da Demó, 2495-023 São Mamede, a cedência de calçada grossa para pavimentação de um espaço público, localizado em frente à sua habitação.

Presente informação n.º 007/AP/2015 emitida em 30/03/2015 pelos Serviços Técnicos da D.M.E. a informar que a área que o munícipe pretende pavimentar em calçada totaliza 26m², correspondente à medição total realizada no local:

Área Total = Área 1

Área 1 = 20,80 x 1,25

No seguimento da análise efetuada no local, propõe-se a cedência de 26 m² de calçada grossa nova, com custo estimado de € 197,60 + IVA (cento e noventa e sete euros e sessenta cêntimos + IVA) para a pavimentação do espaço supra referido e que se encontra em terra batida, nas seguintes condições:

- A pavimentação deverá ser efetuada em valeta pouco profunda de modo a permitir o escoamento das águas pluviais, provenientes da faixa de rodagem;
- Toda a mão-de-obra e restantes materiais inerentes à pavimentação deverão ser da responsabilidade da empresa;
- O munícipe deverá refechar as juntas da calçada com traço de cimento e areia.

A Câmara Municipal apreciou e deliberou, por unanimidade, ceder ao Requerente supracitado 26m² de calçada grossa, no valor estimado de 197,60€ (acrescidos de IVA), para pavimentação do espaço público anteriormente referido, nos termos propostos.

DELIBERAÇÃO Nr. 2015/0186/D.M.E.

REQ: Gil Santos

Cedência de Calçada

MGD n.º 2065 de 27/03/2015

Presente comunicação, remetida por correio eletrónico, da Junta de Freguesia de São Mamede registado no MGD sob o n.º 2065 em 27/03/2015 a solicitar, em nome do munícipe Gil Santos, residente na Rua da Charneca n.º 7, no lugar da Perulheira, 2495-029



MUNICÍPIO DA BATALHA
CÂMARA MUNICIPAL DA BATALHA
(GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA)


Página 7 de 29

São Mamede, a cedência de calçada grossa para pavimentação de um espaço público, localizado em frente à sua habitação. _____

_____ Presente Informação n.º 008/AP/2015 emitida em 02/04/2015 pelos Serviços Técnicos da D.M.E. a informar que a área que o munícipe pretende pavimentar em calçada totaliza 78m², correspondente à medição total realizada no local: _____

Área Total = Área 1 + Área 2 + Área 3 _____

Área 1 = 25,00 x 1,45; Área 2 = 1,80 x 10,35; Área 3 = 8,9 x 2,60 _____

_____ No seguimento da análise efetuada no local, salvo melhor opinião, propõe-se a cedência de 78 m² de calçada grossa nova, com custo estimado de € 592,80 + IVA (quinhentos e noventa e dois euros e oitenta cêntimos + IVA) para a pavimentação do espaço supra referido e que se encontra em terra batida, nas seguintes condições: _____

- A pavimentação deverá ser efetuada em valeta pouco profunda de modo a permitir o escoamento das águas pluviais, provenientes da faixa de rodagem; _____
- Toda a mão-de-obra e restantes materiais inerentes à pavimentação deverão ser da responsabilidade da empresa; _____
- O munícipe deverá refechar as juntas da calçada com traço de cimento e areia. _____

_____ A Câmara Municipal apreciou e deliberou, por unanimidade, ceder ao Requerente supracitado 78m² de calçada grossa, no valor estimado de 592,80 € (acrescidos de IVA), para pavimentação do espaço público anteriormente referido, nos termos propostos. _____

_____ ** _____

_____ DIVERSOS

DELIBERAÇÃO Nr. 2015/0187/G.A.P. _____

Programa Aproximar – Memorando de Adesão e Protocolo da Loja do Cidadão _____

MGD n.º 2262 de 08/04/2015 _____

_____ Presente comunicação remetida por correio eletrónico pela Presidência do Conselho de Ministros, remetendo para apreciação do Executivo os seguintes documentos, que aqui se dão por integralmente reproduzidos (registados no MGD n.º 2262 de 08/04/2015): _____

- Memorando de Adesão do Município da Batalha ao Programa Aproximar, a outorgar entre o Estado Português e o Município da Batalha; _____

- Minuta de Protocolo de Instalação e Gestão da Loja do Cidadão, onde é referido os serviços âncora que a deverão integrar, bem como as áreas e recursos afetos aos mesmos, a outorgar entre a Agência para a Modernização Administrativa, I.P. (APA), o Município da Batalha e as seguintes entidades: Autoridade Tributária e Aduaneira, o Instituto dos Registos e do Notariado, I.P., e o Instituto da Segurança Social, I.P..

— Mais se informam que a confirmação da adesão dos serviços âncora ainda não instalados está dependente da contrapartida pecuniária a definir pelo Município bem como do espaço disponível para o efeito.

— A Câmara Municipal apreciou e deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta dos documentos infra mencionados, no âmbito do Programa “Aproximar - Estratégia para a Reorganização dos Serviços de Atendimento da Administração Pública”:

a) Memorando de Adesão do Município da Batalha ao Programa Aproximar, a outorgar entre o Estado Português e o Município da Batalha;

b) Minuta de Protocolo de Instalação e Gestão da Loja do Cidadão, a outorgar entre a Agência para a Modernização Administrativa, I.P. (APA), o Município da Batalha e as seguintes entidades: Autoridade Tributária e Aduaneira, o Instituto dos Registos e do Notariado, I.P., e o Instituto da Segurança Social, I.P.;

c) Conceder plenos poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos, ou ao Senhor Vice-Presidente, Carlos Alberto Oliveira Henriques, para outorgar os preditos documentos.

**

DELIBERAÇÃO Nr. 2015/0188/G.A.P.

Apreciar e votar a proposta do “Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências de Educação e Formação Municipal”, no âmbito do Programa “Aproximar Educação”, a subscrever com o Ministério da Educação e Ciência (MEC) e a Presidência do Conselho de Ministros (MADR), nos termos e para os efeitos do regime previsto no D.L. nº 30/2015, de 12 de fevereiro, conjugado com o disposto nas alíneas m) e ccc), ambas do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro

Proc. 2015/GAP/1 - MGD nº 47 de 08/04/2015

— Para apreciação do Executivo, foi presente a proposta do “Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências de Educação e Formação Municipal”, no âmbito do Programa “Aproximar Educação”, a subscrever com o Ministério da Educação e



Ciência (MEC) e a Presidência do Conselho de Ministros (MADR), nos termos e para os efeitos do regime previsto no D.L. n.º 30/2015, de 12 de fevereiro, conjugado com o disposto nas alíneas m) e ccc), ambas do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido (registado no MGD n.º 47 de 08/04/2015). _____

_____ A Câmara Municipal apreciou e deliberou, por maioria, com 6 (seis) votos a favor e 1 (um) voto contra proferido pelo Senhor Vereador, Carlos Emanuel Oliveira Repolho, aprovar a proposta *“Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências de Educação e Formação Municipal”*, no âmbito do Programa *“Aproximar Educação”*, e remeter o documento a apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos e para efeitos do regime previsto no D.L. n.º 30/2015, de 12 de fevereiro, conjugado com o disposto nas alíneas m) e ccc), ambas do n.º 1 do artigo 33.º, e alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. _____

_____ ** _____

DELIBERAÇÃO Nr. 2015/0189/D.A.G. (SOC) _____

Apreciação e aprovação do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, relativo ao exercício de 2013, nos termos do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro _____

SGD n.º 48 de 09/04/2015 _____

_____ Presente proposta n.º 10/2015/G.A.V. emitida em 07/04/2014 pelo Senhor Vereador em Regime de Permanência, Carlos Agostinho Costa Monteiro, que se transcreve:—

_____ «Considerando que, _____

_____ Nos termos do artigo 34.º da Norma de Controlo Interno, aprovada em reunião de Câmara de 13 de junho de 2014: _____

- Cada responsável do serviço deve informar o Setor de Património, por escrito, de todos os bens obsoletos ou desaparecidos, para que se proceda ao abate; _____

- Todos os abates de imobilizado devem ser devidamente documentados e aprovados de acordo com despacho do Presidente da Câmara, ou Vereador com competência delegada e, quando exigível, em reunião do Executivo Municipal e/ou Assembleia Municipal; _____

_____ Após, verificação anual do estado de conservação dos bens, no âmbito do processo de auditoria interna (bens móveis), incluído no plano de prevenção de riscos de



gestão, corrupção e infrações conexas, os responsáveis dos respetivos serviços, informaram o serviço de Património dos bens em estado obsoleto; _____

_____ Tenho a honra de propor que o Executivo Municipal aprecie e delibere: _____

1) Aprovar os movimentos dos bens abatidos ao Inventário Municipal no montante de 4.141,95€ (quatro mil cento e quarenta e um euros e noventa e cinco cêntimos), conforme documentos em anexo, nos termos do disposto na alínea I) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; _____

2) Submeter os preditos documentos a apreciação da Assembleia Municipal, atento o exposto na alínea I) do n.º 2 do artigo 25.º do citado diploma legal.» _____

_____ A Câmara Municipal apreciou e deliberou, por unanimidade, aprovar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais do município (movimentos dos bens abatidos ao Inventário Municipal), no montante de 4.141,95€ (quatro mil cento e quarenta e um euros e noventa e cinco cêntimos), submetendo o assunto a apreciação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea I) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. _____

_____. ** _____

DELIBERAÇÃO Nr. 2015/0190/D.A.G. (SOC) _____

Aprovação das Declarações referentes aos compromissos plurianuais, recebimentos e pagamentos em atraso a 31/12/2014, nos termos do artigo 15º da Lei n.º 8/2012, de 21/02 _____

MGD n.º 55 de 13/04/2015 _____

_____ Presente proposta n.º 11/2015/G.A.V. emitida em 10/04/2014 pelo Senhor Vereador em Regime de Permanência, Carlos Agostinho Costa Monteiro, que se transcreve:—

_____ «Considerando que, _____

- A Lei n.º 22/2015, de 17 de março, procedeu à quarta alteração da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA – Lei dos compromissos e Pagamentos em atraso); _____

- Nos termos do n.º 1 do artigo 15º da referida Lei os dirigentes das entidades devem, até 31 de janeiro de cada ano: _____

a) Declarar que todos os compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro do ano anterior se encontram devidamente registados na base de dados central de encargos plurianuais; _____



[Handwritten signature]
Nicolau

b) Identificar, em declaração emitida para o efeito e de forma individual, todos os pagamentos e recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro do ano anterior. —

- Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º, as declarações são enviadas até ao limite do prazo referido no número anterior, à Assembleia Municipal e à Câmara Municipal; —

- Atento o exposto no n.º 3 do artigo 15.º da citada lei, as declarações são publicitadas no sítio da Internet do Município, e fazem parte integrante do respetivo relatório e contas; —

— Tenho a honra de propor, ao abrigo da competência prevista na alínea a) do n.º 2 artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que o Executivo Municipal aprecie e delibere: —

— Aprovar as seguintes declarações: —

- Declaração de compromissos plurianuais existentes em 31/12/2014; —

- Declaração de recebimentos em atraso existentes a 31/12/2014; —

- Declaração de recebimentos em atraso existentes a 31/12/2014.» —

— A Câmara Municipal apreciou e deliberou, por unanimidade, aprovar as declarações supra identificadas, submetendo os documentos a apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março. —

— ** —

DELIBERAÇÃO Nr. 2015/0191/D.A.G. (SOC) —

Apreciação e aprovação da Prestação de Contas do Município da Batalha, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, em articulação com o disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro —

SGD n.º 49 de 10/04/2015 —

— Presente proposta n.º 33/2015/G.A.P. emitida em 10/04/2014 pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos, que se transcreve: —

— «Considerando que, —

— Nos termos da alínea i) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das Autarquias Locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico, compete à Câmara Municipal elaborar e aprovar os documentos de Prestação de Contas e submete-los à apreciação e votação da Assembleia Municipal; —



————— Nos termos do n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro que estabelece o regime financeiro das Autarquias Locais e das entidades Intermunicipais, conjugado com o estatuído na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os documentos de prestação de contas individuais das autarquias locais, são apreciados e votados pelos seus órgãos deliberativos, reunidos em sessão ordinária durante o mês de abril do ano seguinte àquele a que respeitam. —————

————— Tenho a honra de propor que o Executivo Municipal aprecie e delibere: —————

- 1) Aprovar os documentos de Prestação de Contas do exercício de 2014, nos termos do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; —————
- 2) Submeter os preditos documentos a apreciação e votação da Assembleia Municipal, atento o exposto no n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, conjugado com o estatuído na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.» —

————— A Câmara Municipal apreciou e deliberou, por unanimidade, aprovar os documentos de prestação de contas do Município, relativos ao exercício de 2014, que aqui se dão por integralmente reproduzidos (registados no MGD n.º 49 de 10/04/2015) e submeter os mesmos a apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro, em articulação com o disposto no n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro de 2013. —————

————— ** —————

DELIBERAÇÃO Nr. 2015/0192/D.A.G. (SOC) —————

Conhecer e tomar posição sobre os relatórios de auditoria realizados pelos serviços, nos termos da alínea o) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro —————
SGD n.º 118 de 13/04/2015 —————

————— Para conhecimento e apreciação do Executivo, foi presente o Relatório de Auditorias Internas realizadas pelos Serviços da Autarquia, no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido (registado no MGD sob o n.º 118 de 13/04/2015). —————

————— A Câmara Municipal tomou conhecimento dos relatórios de auditoria, do período compreendido entre 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2014, nos termos do disposto na alínea o) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e deliberou, por unanimidade, submeter os mesmos à Assembleia Municipal para



Wesley

conhecimento e tomada de posição, atento o exposto na alínea g) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. _____

_____*_*_____

DELIBERAÇÃO Nr. 2015/0193/D.A.G. (SOC) _____

Controlar e fiscalizar os documentos da prestação anual de contas, relativa ao exercício de 2014, da empresa local ISERBATALHA, E.M., ao abrigo da atribuição conferida pela alínea d) do n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto _____

SGD n.º 50 de 10/04/2015 _____

Presente proposta n.º 01/2015 emitida em 09/04/2015 pelo Presidente do Conselho de Administração da Iserbatalha, E.M., que se transcreve: _____

«Considerando que, _____

A Iserbatalha – Gestão de Equipamentos e Serviços de Interesse Geral, E.M, pessoa coletiva n.º 504 825 461, é uma Entidade Empresarial Local detida a 100% pelo Município da Batalha; _____

Nos termos da alínea d) do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, as empresas locais devem facultar aos órgãos executivos os documentos de prestação anual de contas, para que aqueles possam acompanhar e controlar a atividade dessas mesmas empresas locais, no âmbito do exercício dos seus poderes de controlo financeiro previstos no n.º 1 do artigo 39.º do mesmo diploma legal; _____

Compete à Assembleia Municipal acompanhar e fiscalizar a atividade das empresas locais, atento o exposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; _____

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal da Batalha: _____

1) Aprecie a prestação anual de contas, relativa ao exercício de 2014, acompanhada da ata da Assembleia Geral e do parecer do Fiscal Único da Iserbatalha – Gestão de Equipamentos e Serviços de Interesse Geral, E.M, de acordo com os deveres de informação previstos na alínea d) do n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e no âmbito do exercício dos seus poderes de controlo financeiro previstos no n.º 1 do artigo 39.º do mesmo diploma legal; _____




Página 14 de 29

2) Que os documentos em apreço sejam remetidos à Assembleia Municipal, para conhecimento, acompanhamento e fiscalização, atento o exposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.»

Após prévios esclarecimentos prestados pelo Senhor Presidente do Conselho de Administração da Iserbatalha, bem como de algumas informações dadas pelo Senhor Presidente da Câmara, foi o assunto colocado a discussão.

A Câmara Municipal, de acordo com os deveres de informação previstos na alínea d) do n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e no âmbito do exercício dos seus poderes de controlo financeiro previstos no n.º 1 do artigo 39.º do mesmo diploma legal, apreciou a prestação anual de contas, relativa ao exercício de 2014, acompanhada da ata da Assembleia Geral e do parecer do Fiscal Único da Iserbatalha – Gestão de Equipamentos e Serviços de Interesse Geral, E.M, pessoa coletiva n.º 504 825 461, Entidade Empresarial Local detida a 100% pelo Município da Batalha, e deliberou, por unanimidade, remeter os presentes documentos à Assembleia Municipal, para conhecimento, acompanhamento e fiscalização, atento o exposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Senhor Vereador em Regime de Permanência, Carlos Agostinho Costa Monteiro, esteve ausente aquando da discussão e votação desta deliberação.

**

DELIBERAÇÃO Nr. 2015/0194/D.A.G. (SOC)

Modificação ao Orçamento (Despesa)

Modificação ao Plano Plurianual de Investimentos

Modificação às Atividades Mais Relevantes

MGD n.º 116 de 10/04/2015

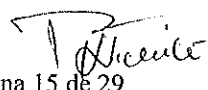
Presente proposta n.º 12/2015/G.A.V. emitida em 10/04/2015 pelo Senhor Vereador em Regime de Permanência, Carlos Agostinho Costa Monteiro, que se transcreve:—

«Considerando que,

Nos termos e para os efeitos do disposto no ponto 8.3 do Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro (POCAL), o Orçamento Municipal pode ser objeto de revisões e alterações;



MUNICÍPIO DA BATALHA
CÂMARA MUNICIPAL DA BATALHA
(GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA)


Página 15 de 29

_____ Sem prejuízo dos princípios orçamentais e das regras previsionais, podem ocorrer modificações orçamentais, para fazer face a despesas não previstas ou insuficientemente dotadas. _____

_____ As alterações orçamentais podem incluir reforços de dotações de despesas resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações; _____

_____ O orçamento de 2015 foi elaborado de acordo com as regras previsionais e princípios orçamentais constantes no ponto 3.3 do POCAL, numa base duodecimal, não prevendo em algumas rubricas os compromissos assumidos e não pagos de 2014, que transitam para o corrente ano pelo facto de não terem sido executados no ano anterior; _____

_____ Propõe-se ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL N.º 9, no montante de 55.100,00€, nos seguintes termos: _____

1. Reforço de rubricas do Plano Plurianual de Investimentos (PPI): _____

- Atualização Plataforma Gestão Documental (MGD/My Doc) 5.000,00€; _____
- Aquisição Terrenos para Ordenam. Requalificação Urbanística 5.000,00€; _____

2. Reforço de rubricas das Atividades Mais Relevantes (AMR): _____

- Transferência para Outras Entidades/Instituições 8.000,00€; _____
- Exposição Temporária (MCCB) 19.000,00€; _____
- Outros Eventos Culturais e Recreativos 3.000,00€. _____

3. Reforço de rubricas de «Outras despesas correntes» relacionadas com serviços de manutenção e funcionamento da DAG, DME e DOTOM, designadamente: _____


- Seguro Acidentes Trabalho Doenças Profissionais 3.000,00€; _____
- Material de Consumo Clínico 200,00€; _____
- Material de Transporte - Peças 500,00€; _____
- Outros Bens 6.000,00€; _____
- Seguros 11.000,00€. _____

_____ Com base no exposto, foram presentes para conhecimento do Executivo, os documentos abaixo designados, registados no MGD sob o n.º 116 em 10/04/2015. _____

_____ Com despacho emitido pelo Senhor Presidente em 23 de março de 2015 (no uso da competência delegada por Del. n.º 2014/0497/G.A.P., de 29/09/2014, ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o estatuído no n.º 1 do artigo 34.º do mesmo diploma legal): _____



MUNICÍPIO DA BATALHA
CÂMARA MUNICIPAL DA BATALHA
(GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA)


Nícea Cê
Página 16 de 29

_____ Alteração n.º 09/2015 - Orçamento da Despesa, no valor de 55.100,00€ (reforço e anulação)._____

_____ Alteração n.º 09/2015 - Modificação às Atividades Mais Relevantes, no valor de 30.000€ (reforço) e 25.600,00€ (anulação)._____

_____ Alteração n.º 09/2015 - Plano Plurianual de Investimentos, no valor de 10.000,00€ (reforço) e 35.100,00€ (anulação)._____

_____ A Câmara Municipal tomou conhecimento. _____

_____ ** _____

DELIBERAÇÃO Nr. 2015/0195/D.E.C.D. (SOAA) _____

REQ: Centro Recreativo da Golpilheira _____

Prova Desportiva - 13.º Passelo TT Anjos sobre Rodas _____

MGD n.º 94 de 09/04/2015 _____

_____ Presente informação n.º 94/2015 emitida em 09/04/2015 pelo Chefe de Divisão da D.E.C.D., a informar que o Centro Recreativo da Golpilheira solicita a isenção da taxa de Licença de Ocupação da Via Pública, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº1 do artigo 20º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais, referente à prova desportiva supra referida, que se irá realizar no próximo dia 19 de abril, com início às 8h00, junto ao Centro Recreativo da Golpilheira. _____

_____ Mais se informa que o valor a cobrar será de 19,76€, nos termos do disposto no n.º 1 e 1.2. do artigo 37.º da Tabela de Taxas constante do citado Regulamento. _____

_____ A Câmara Municipal apreciou e deliberou, por unanimidade, isentar o Requerente do pagamento da taxa devida pela de Licença de Ocupação da Via Pública no âmbito da realização do evento supracitado, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº1 do artigo 20º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais. Refira-se que o custo que o Centro Recreativo teria de suportar seria de 19,76€, nos termos do disposto no n.º 1 e 1.2. do artigo 37.º da Tabela de Taxas constante do citado Regulamento. _____

_____ ** _____

DELIBERAÇÃO Nr. 2015/0196/D.E.C.D. (SOAA) _____

Revisão do Protocolo do Centro Paroquial de Assistência do Reguengo do Fetal _____

MGD n.º 93 de 10/04/2015 _____

_____ Presente informação n.º 93/2015 emitida em 10/04/2015 pelo Chefe de Divisão da D.E.C.D., que se transcreve: _____



[Handwritten signature]

————— «No seguimento do contrato-programa celebrado, em janeiro do presente ano, no âmbito da candidatura apresentada pelo Centro Paroquial de Assistência do Reguengo do Fetal na tipologia de investimento e no qual lhe foi atribuído o valor de 7.433,00€, vem a referida associação solicitar a revisão/alteração do âmbito da candidatura remetida “Recriar espaço devoluto em sala Snoezelen” para uma nova designação “Galeria de luz, cultura e lazer”. —————

————— Posteriormente à data da celebração do referido protocolo, a instituição considerou a necessidade de efetuar um novo investimento, não contemplado no seu orçamento previsional para 2014/2015, ao nível da reabilitação de varandas e marquises contíguas aos quartos dos utentes, para melhorar a climatização e o conforto dos mesmos. Esta intervenção resulta da necessidade em adaptar o espaço devoluto num local mais solarengo e climatizado e que esteja equipado para a realização de diversas atividades como reuniões, momentos de partilha, leitura e tertúlia, projeção multimédia, atividades com música e sons da natureza em benefício dos utentes do CPA Reguengo do Fetal. —————

————— Mais informam que o investimento realizado na “Galeria de luz, cultura e lazer” implica adiar temporariamente o projeto inicialmente previsto referente à criação de Sala de Snoezelen, justificando ainda que a adaptação da sala para galeria permitirá uma abrangência maior quanto ao número de utentes que beneficiarão deste espaço. —————


————— Face ao acima exposto, vem o CPA do Reguengo do Fetal pedir deferimento quanto à alteração/adaptação do âmbito do contrato-programa celebrado entre a instituição e a Autarquia, remetendo ainda documentos de despesa referente à “Galeria de luz, cultura e lazer” no valor de € 8.977,00.» —————

————— A Câmara Municipal apreciou e, considerando que se trata de um projeto com a mesma natureza, para o mesmo local e fins similares, deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração da cláusula primeira (objeto) do contrato-programa outorgado em 16/01/2015 entre o Município da Batalha e Centro Paroquial de Assistência do Reguengo do Fetal, reiterando o valor referente à comparticipação do projeto de 7.433,00€ (nos termos constantes da cláusula quarta), tendo por base o disposto no n.º 1 do artigo 40.º e artigo 45.º, ambos do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo. —————

————— * * —————



MUNICÍPIO DA BATALHA
CÂMARA MUNICIPAL DA BATALHA
(GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA)


Nicolau
Página 18 de 29

DELIBERAÇÃO Nr. 2015/0197/G.A.P.

Atribuição de Voto de Louvor ao Sargento Ajudante Custódio Neves Avelino pelo desempenho das suas funções como Comandante do Posto Territorial da Batalha da GNR—
MGD n.º 51 de 10/04/2015

Presente proposta n.º 32/2015/G.A.P. emitida em 10/04/2015 pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos, que se transcreve: —

«Considerando que,

Desde Julho de 2010, exerceu até esta data funções de Comandante do Posto Territorial da Batalha da GNR;

Durante este tempo, manteve sempre um elevado espírito de colaboração com a autarquia, e de completa disponibilidade, no sentido de serem asseguradas as elementares e indispensáveis condições de segurança para a vida dos nossos munícipes em particular e da comunidade concelhia no geral;

O empenhamento em criar condições e formas de atuação que garantam a segurança dos inúmeros turistas que diariamente passam pela Batalha;

Com o seu sentido de responsabilidade, cordialidade e bom senso, aliadas à humildade que o caracterizam, soube liderar cabalmente uma equipa que se revelou eficaz no combate à criminalidade e perante as demais situações que exigiam a sua intervenção; —

PROponho:

- A atribuição de Voto de Louvor ao Sargento Ajudante, Custódio Neves Avelino, pelo desempenho das suas funções como Comandante do Posto Territorial da Batalha da GNR desde julho de 2010 até abril de 2015.»

A Câmara Municipal apreciou e deliberou, por unanimidade, subscrever a proposta apresentada, cujo teor deverá ser dado conhecimento às seguintes entidades: —

- Presidente da Assembleia Municipal da Batalha;

- Comandante Geral da Guarda Nacional Republicana;

- Comandante do Destacamento Territorial de Leiria da GNR;

- Comandante do Posto Territorial da Batalha da GNR;

- Sargento Ajudante Custódio Neves Avelino.

**

DELIBERAÇÃO Nr. 2015/0198/D.E.C.D. (SOAA)

Solicitação de pagamento de seguro de acidentes pessoais - percurso Pedestre Buraco Roto-



MUNICÍPIO DA BATALHA
CÂMARA MUNICIPAL DA BATALHA
(GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA)

D. Nuno

Página 19 de 29

MGD n.º 92 de 10/04/2015

Presente informação n.º 92/2015 emitida em 10/04/2015 pelo Chefe de Divisão da D.E.C.D. a informar que a Junta de Freguesia de Reguengo do Fetal solicitou ao Município da Batalha o pagamento dos seguros (acidentes Pessoais) face à realização do Percurso Pedestre "Buraco Roto", agendado para o dia 19 de abril, a realizar naquela freguesia.

Face ao pedido efetuado, informa-se que o Município da Batalha apenas tem assumido nos últimos anos, os custos inerentes a esta componente aquando da realização de caminhadas organizadas pela Autarquia.

Regista-se ainda que na última caminhada que o Município da Batalha organizou, o valor do seguro foi de 0,43 € por pessoa

A Câmara Municipal apreciou e, considerando tratar-se de uma iniciativa relevante para o concelho, permitindo aos participantes conhecer o património cultural existente naquele localizado na freguesia do Reguengo do Fetal, deliberou, por unanimidade, compartilhar o valor do seguro de cada participante no evento, outorgando, para o efeito, um protocolo com a Junta de Freguesia do Reguengo do Fetal. O Executivo concede, desde já, plenos poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos, ou ao Senhor Vice-Presidente, Carlos Alberto Oliveira Henriques, para a outorga do predito documento.

**

DELIBERAÇÃO Nr. 2015/0199/G.A.P.

Apreçar a proposta de adesão do Município da Batalha ao "Pacto dos Autarcas", tendo em vista o desenvolvimento de medidas e políticas de eficiência energética e ambiental a concretizar no concelho e a enquadrar no próximo quadro comunitário de apoio (QCA)

MGD n.º 52 de 13/04/2015

Presente proposta n.º 13/2015/G.A.V. emitida em 10/04/2015 pelo Senhor Vice-Presidente, Carlos Alberto Oliveira Henriques, que se transcreve:

«Considerando que,

O Pacto de Autarcas é o principal movimento europeu que envolve autarquias locais e regionais voluntariamente empenhadas no aumento da eficiência energética e na utilização de fontes de energias renováveis nos respetivos territórios;



_____ Trata-se de uma iniciativa da Comissão Europeia em que os municípios signatários se comprometem a ultrapassar as metas traçadas pela política energética da União Europeia (UE) em matéria de redução das emissões de CO2 através de um aumento da eficiência energética e de uma produção e utilização mais limpa da energia;_____

_____ A adesão ao Pacto dos Autarcas estabelece vários compromissos às autarquias aderentes, nomeadamente:_____

- --Superar os objetivos definidos pela EU para 2020 reduzindo as emissões de CO2 nos territórios respetivos em, pelo menos, 20% mercê da aplicação de um plano de ação em matéria de energia sustentável nas áreas de atividade que relevam das suas competências;_____
- --Elaborar um inventário de referência das emissões como base para o plano de ação em matéria de energia sustentável;_____
- --Apresentar um plano de ação em matéria de energia sustentável no prazo de um ano a contar da data da assinatura do pacto;_____
- --Apresentar um relatório de execução, pelo menos, de dois em dois anos após a apresentação do plano de ação para fins de avaliação, acompanhamento e verificação; —
- --Partilha de experiências com outras entidades territoriais;_____
- --Organizar jornadas da Energia em cooperação com a Comissão Europeia e outros agentes, permitindo aos cidadãos beneficiar diretamente das oportunidades e vantagens oferecidas por uma utilização mais inteligente da energia e informar regularmente os meios de comunicação social locais sobre a evolução do plano de ação;_____

_____ Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal aprecie e delibere:_____

- 1) Aprovar a proposta de adesão do Município da Batalha ao “Pacto dos Autarcas”, tendo em vista o desenvolvimento de medidas e políticas de eficiência energética e ambiental a concretizar no concelho e a enquadrar no próximo quadro comunitário de apoio (QCA);_____
- 2) Remeter a predita proposta a apreciação e decisão da Assembleia Municipal, nos termos legalmente previstos, designadamente o disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, conjugado com o preceituado na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º e alínea b) do n.º 2 do artigo 23.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”_____

_____ **A Câmara Municipal apreciou e deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada e submeter a mesma a apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos supra aduzidos.**_____



DELIBERAÇÃO Nr. 2015/0200/G.A.P.

Descargas de efluentes, não produzidos no território do Município da Batalha, nas caixas de emissário deste Município, na localidade de Calvaria de Baixo

MGD n.º 53 de 13/04/2015 (Proc. n.º 2014/GAP/32)

Para conhecimento do Executivo foi presente o processo em epígrafe, onde se constata que no passado dia 15 de outubro de 2014, os serviços municipais detetaram a descarga de efluentes na caixa do emissário E8.2.4, existente na Rua Principal, em Calvaria de Baixo, território do Município da Batalha, por parte de um camião cisterna, que transportava águas residuais produzidas em território do Município de Porto de Mós, ao serviço do mesmo. Sobre este assunto foi informado que o Município da Batalha será ressarcido da importância cobrada indevidamente, tendo sido aplicada, pela entidade gestora do sistema de exploração de recolha, tratamento e rejeição de efluentes – SIMLIS – Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, S.A., ao Município de Porto de Mós, uma sanção contratual no valor de dois mil e quinhentos euros. Neste âmbito, o Município da Batalha pode mover uma ação judicial para instauração de procedimento criminal pela prática de eventual crime de burla, previsto e punido pelo artigo 217.º, n.º 1 do Código Penal.

A Câmara Municipal apreciou e, considerando que o Município da Batalha cumpriu zelosamente o seu dever e pugnou pelo interesse público municipal, reclamando a justa indemnização que lhe é devida, junto da entidade competente e gestora do sistema multimunicipal - SIMLIS, ao abrigo do Regulamento que é aplicável, e cuja importância já foi ressarcida, deliberou, por unanimidade dos votos emitidos, tendo-se registado uma abstenção do senhor vereador, eleito pelo CDS-PP, Nuno Barraca, não apresentar a respetiva participação criminal que, face aos factos apurados pela entidade gestora e competente na matéria, seria uma decisão desproporcionada e de difícil fundamentação.

O Senhor Vereador Nuno Ricardo Silva Barraca emitiu uma declaração de voto, tendo declarado que compreende que «o Município de Porto de Mós tenha sido alertado desta situação, mas o problema de descargas ilegais num efluente não autorizado nunca deveria suceder numa entidade pública».

DELIBERAÇÃO Nr. 2015/0201/G.A.P.

ADAE – Associação de Desenvolvimento da Alta Estremadura



Projeto “Hortas da Vila”_____

MGD n.º 54 de 13/04/2015_____

_____ Para apreciação do Executivo, foi presente o Regulamento Geral do Projeto “Hortas da Vila”, uma iniciativa a desenvolver pela ADAE – Associação de Desenvolvimento da Alta Estremadura, que tem como objetivo fomentar a prática da horticultura tradicional como atividade de lazer, e, simultaneamente, sensibilizar e educar a população para o respeito e defesa pelo ambiente, valorizando o espírito comunitário na utilização do espaço público e na manutenção do mesmo. _____

_____ A Câmara Municipal apreciou e deliberou, por unanimidade, aprovar o Regulamento Geral do Projeto “Hortas da Vila”, a desenvolver pela ADAE – Associação de Desenvolvimento da Alta Estremadura, que aqui se dá por integralmente reproduzido (registado no MGD n.º 54 de 13/04/2015), devendo o mesmo ser publicitado no site do Município, para conhecimento público. _____

_____ ** _____

DELIBERAÇÃO Nr. 2015/0202/G.A.P._____

SIMLIS – Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, S.A._____

Fatura n.º 3060383079 de 31/10/2014 e Fatura n.º 3060383088 de 30/11/2014_____

MGD n.º 135 de 09/01/2015_____

_____ Presente para apreciação do Executivo o ofício n.º 4484/14 de 31/12/2014 emitido pela Administradora Delegada da SIMLIS, S.A., prestando os devidos esclarecimentos sobre o ponto de situação da descarga de efluentes na caixa do emissário E8.2.4, existente na Rua Principal, em Calvaria de Baixo, território do Município da Batalha. Neste âmbito, solicita o levantamento junto dos serviços financeiros da SIMLIS, S.A., da fatura n.º 3060383079 de 31/10/2014 e da fatura n.º 3060383088 de 30/11/2014, para pagamento. _____

_____ A Câmara Municipal apreciou e, atendendo aos esclarecimentos prestados pela SIMLIS, S.A. sobre a situação supra aduzida, a qual foi apreciada pelo Executivo na presente reunião, por deliberação n.º 2015/0200/GAP, deliberou, por unanimidade, informar os serviços técnicos da Autarquia para que estes confirmem as faturas a remeter pela SIMLIS, S.A., com base no orçamento aprovado por aquela entidade para 2015. Resulta esta decisão, da reapreciação desfavorável à proposta de correção das OPT/2015 da

SIMLIS, S.A. interposta pelo Município da Batalha, que tinha em vista a correção do volume de efluentes a faturar por aquela entidade com base nos métodos caudais desfasados. —

* *

DELIBERAÇÃO Nr. 2015/0203/G.A.P. —

SIMLIS – Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, S.A. —

Fatura n.º 3060383097 de 31/12/2014 —

MGD n.º 807 de 09/02/2015 —

— Presente para apreciação do Executivo o ofício n.º 299/15 de 02/02/2015 emitido pela Administradora Delegada da SIMLIS, S.A., prestando os devidos esclarecimentos sobre o ponto de situação da descarga de efluentes na caixa do emissário E8.2.4, existente na Rua Principal, em Calvaria de Baixo, território do Município da Batalha. Neste âmbito, solicita o levantamento junto dos serviços financeiros da SIMLIS, S.A., da fatura n.º 3060383097 de 31/12/2014, para pagamento. —

— A Câmara Municipal apreciou e, atendendo aos esclarecimentos prestados pela SIMLIS, S.A. sobre a situação supra aduzida, a qual foi apreciada pelo Executivo na presente reunião, por deliberação n.º 2015/0200/GAP, deliberou, por unanimidade, Informar os serviços técnicos da Autarquia para que estes confirmem a fatura a remeter pela SIMLIS, S.A., com base no orçamento aprovado por aquela entidade para 2015. Resulta esta decisão, do conhecimento da decisão final da SIMLIS, S.A. sobre o devido procedimento contraordenacional e forma de compensação ao Município da Batalha, relativo à receção não autorizada de descargas de autotanques em caixa do emissário que é contabilizado e faturado ao Município da Batalha - Emissário E8.2.4 - Calvaria de Baixo -, registada no passado dia 15 de outubro de 2014, e por esse motivo o Município da Batalha encontrava-se impedido de confirmar os valores de caudais faturados. —

* *

DELIBERAÇÃO Nr. 2015/0204/G.A.P. —

Centro de Interpretação da Primeira Posição Portuguesa da Fundação Batalha de Aljubarrota

Processo n.º 01/2007/145 —

MGD n.º 58 de 13/04/2015 —

— Presente proposta n.º 34/2015/GAP emitida em 10/04/2015 pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal da Batalha, Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos, que se transcreve: —

_____ «Considerando que: _____

1. A Fundação Batalha de Aljubarrota (FBA) é uma instituição de interesse público criada em 15 de Março de 2002, que tem por principal finalidade valorizar e dignificar uma parte do património cultural Português associada aos principais campos de batalha existentes em Portugal. _____
2. Para a realização do seu fim, desenvolveu vários projetos de grande valia cultural, turística e projeção pública, nomeadamente o Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota (CIBA), um projeto inovador que, tirando partido das novas tecnologias, relança o conjunto patrimonial do campo militar de São Jorge e a vivência que podemos ter da Batalha de Aljubarrota. _____
3. No âmbito do seu projeto de preservação e valorização deste importante evento histórico, a FBA realizou um importante espaço museológico na Batalha, através do Centro de Interpretação da Primeira Posição Portuguesa, um edifício localizado a 500 metros do Mosteiro da Batalha e com uma vista panorâmica sobre a vila da Batalha, que pretende assinalar o primeiro local escolhido por Nuno Álvares Pereira para travar o avanço do exército castelhano. _____
4. O novo Centro de Interpretação da Primeira Posição localizado na Estrada da Boutaca, na Batalha, tem um enorme potencial na promoção da formação de novos públicos, bem como a promoção da cultura e turismo locais, contribuindo para a dinamização económica e social da Batalha. _____
5. Compete à Câmara Municipal da Batalha fomentar e apoiar a dinamização, pelos meios adequados, das atividades desenvolvidas no domínio cultural e, nessa medida, o projeto e as atividades prosseguidas pela Fundação Batalha de Aljubarrota revestem-se de manifesto interesse municipal pela sua relevância histórica. _____
6. É objetivo da Câmara promover e apoiar as atividades que de alguma forma possam contribuir para a dinamização e qualificação da oferta turística e cultural, bem como apoiar projetos que visem a motivação e o contacto, do público em geral e das crianças e jovens em particular, como o Centro de Interpretação da FBA que é uma referência nacional e internacional. _____
7. Em 24 de maio de 2012, o executivo camarário, chamado a pronunciar-se sobre o processo de licenciamento do edifício do Centro de Interpretação da Primeira Posição Portuguesa, sito no loteamento localizado na Estrada da Boutaca, Batalha, decidiu



autorizar a FBA a efetuar a ligação direta às infraestruturas públicas, nos termos do proposto pela Fundação, condição necessária para o deferimento da respetiva autorização a utilização do edifício. _____

8. Não obstante, vicissitudes várias e por solicitação da FBA e/ou por iniciativa dos demais contrainteressados na operação do loteamento supracitado, conduziram ao adiamento do pedido da emissão da licença de utilização do Centro de Interpretação da FBA, na Batalha, o que tem gerado dificuldades no melhor desenvolvimento do projeto que no seu pleno funcionamento irá gerar enormes mais-valias para a região. _____
9. Findo o processo de alteração ao loteamento requerida pela Fundação Batalha de Aljubarrota e conhecido o seu desfecho desfavorável por oposição dos demais contrainteressados, veio aquela entidade reiterar o pedido de emissão da autorização do edifício, o que fez nos seguintes termos: _____

«A Fundação Batalha de Aljubarrota (FBA), fundação privada e de utilidade pública, com o número de identificação de pessoa colectiva nº 506 060 799, vem requerer a V. Exa. nos termos e fundamentos seguintes: _____

1 - Encontra-se em reanálise o pedido de autorização de utilização do edifício Centro de Interpretação Batalha de Aljubarrota - 1ª Posição, referente ao processo à margem Identificado; _____

2 - O estabelecimento acima identificado não dispõe actualmente de título válido para o exercício da sua actividade, nomeadamente a autorização de utilização do edifício. _____

Nestes Termos, _____

Requer-se a emissão da referida autorização de utilização, ao abrigo do regime de regularização excepcional previsto no Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de Novembro. _____

Mais se R. a deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do Centro de Interpretação Batalha de Aljubarrota - 1ª Posição, nos termos e para os efeitos do disposto no art. 5º nº 4 al. a) do mesmo diploma legal» (sic). _____

10. A licença de loteamento em apreço foi emitida ao abrigo e na vigência do Decreto-Lei 448/91, de 29 de Novembro (que aprovou o Regime Jurídico dos Loteamentos Urbanos). O referido diploma legal foi revogado pelo Decreto-Lei 555/99, de 16 de Dezembro (que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação). _____



11. A questão que nos é colocada prende-se com a possibilidade de concessão da licença de utilização de um edifício construído num lote sem que as obras de urbanização do loteamento estejam concluídas. _____
12. A licença de utilização está concebida essencialmente como um ato de controlo sucessivo da conformidade das obras com o projeto aprovado, até porque o facto da obra ter sido realizada de acordo com o projeto é também indício suficiente de que é idónea para o uso a que se destina uma vez que as normas legais aplicáveis em função do uso proposto foram igualmente tidas em consideração no momento do licenciamento da obra. Não é pois em sede de licença de utilização do edifício que se efetua o controlo de outras operações urbanísticas, designadamente das operações de loteamento e obras de urbanização, sujeitas a procedimentos específicos regulados pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro (RJUE). _____
13. O estado de execução das obras de urbanização o que pode condicionar é a concessão de licença de construção, ou seja o início das obras, mas já não a utilização do edifício, isto porque a câmara no ato de licenciar as obras de construção do edifício deve indagar sobre o adequado estado de execução das obras de urbanização. _____
14. A Câmara considerou que podia emitir a licença de construção uma vez que as obras de urbanização sugeriam um adequado estado de execução, não pode agora deixar de emitir a licença de utilização do edifício só porque essas obras ainda não estão concluídas. A não conclusão ou a suspensão de execução das obras de urbanização poderão ter consequências, sim, mas ao nível da validade do próprio loteamento já que podem levar à caducidade do respetivo alvará, nos termos legais aplicáveis. _____
15. A Câmara Municipal da Batalha, nestas circunstâncias, deverá decidir sobre a emissão da respetiva autorização de utilização, nos termos do solicitado e ao abrigo das competências previstas no n.º 3 do art. 5.º e n.º 5 do art. 4.º, ambos do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação atual, bem como, solicitado ao município o reconhecimento do «interesse público municipal na regularização do Centro de Interpretação Batalha de Aljubarrota – 1ª Posição», o órgão competente para o efeito será a Assembleia Municipal, dada a sua natureza deliberativa (n.º 1 do art. 6.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro) e em face das disposições conjugadas da al. k) do n.º 2 do art. 25.º com a al. n) do n.º 2 do art. 23.º da mesma lei. _____

_____ Tenho a honra de propor que a Câmara delibere: _____



MUNICÍPIO DA BATALHA
CÂMARA MUNICIPAL DA BATALHA
(GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA)

Handwritten signature

Página 27 de 29

- a) Decidir favoravelmente sobre o pedido de emissão da autorização de utilização do edifício do Centro de Interpretação da Primeira Posição Portuguesa, sito no loteamento localizado na Estrada da Boutaca, Batalha, face ao solicitado pela Fundação Batalha de Aljubarrota, nos termos do n.º 1 artigo 62.º do Dec.-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, dando sequência ao deliberado pelo executivo municipal em de 24 de maio de 2012, e condicionado à verificação pelos serviços municipais da conformidade da obra concluída com o projeto aprovado e com as condições do licenciamento ou da comunicação prévia. _____
- b) Submeter à Assembleia Municipal o reconhecimento do interesse público municipal na regularização da instalação do Centro de Interpretação da Primeira Posição Portuguesa, na Batalha, projeto da Fundação Batalha de Aljubarrota, instituição de interesse público, através da Declaração n.º 267/2003 da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, publicada no Diário da República, II Série, n.º 199, de 29 de agosto de 2003, estatuto renovado através do Despacho n.º 3203/2013 (2ª Série), de 28 de fevereiro de 2013, e com os fundamentos supra enunciados que relevam e justificam a importância dos projetos desenvolvidos por esta Fundação, e da expectativa de que essa atividade se possa manter no futuro.» _____

_____ A Câmara Municipal apreciou e deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, nos termos supra aduzidos. _____

_____ ** _____

DELIBERAÇÃO Nr. 2015/0205/D.O.M. (SOAA) _____

Requalificação do Largo Infante D. Henrique e Zona Envolvente (Rua Nossa Senhora do Caminho, Zona Confinante Largo Mouzinho de Albuquerque) _____

Revisão de Preços Definitiva _____

Adjudicatário: Construções Pragosa, S.A. _____

Processo nº: 02/DOM/011 _____

MGD n.º 79 de 09/04/2015 _____

_____ Presente informação n.º 79/2015 emitida em 09/04/2015 pelos Serviços Técnicos da D.O.M. a informar que, de forma a dar cumprimento ao previsto no artigo 382º do Decreto-Lei 18/08, de 29 de janeiro, foi efetuado o 3º cálculo da revisão ordinária de preços dos trabalhos executados, relativamente à obra mencionada em epígrafe. _____



————— Do cálculo efetuado obteve-se o coeficiente de atualização mensal $C \leq 0,990000$ (revisão a favor do dono de obra) para os trabalhos de natureza prevista, conforme indicado no mapa anexo, o montante de (-) 173,42€ + IVA (cento e setenta e três euros e quarenta e dois centimos), revisto em função dos últimos indicadores conhecidos. —

————— A Revisão de Preços da empreitada deverá ser remetida ao empreiteiro Construções Pragosa, S.A., podendo este, em 15 dias, proceder à sua aceitação ou, discordando da mesma, apresentar reclamação fundamentada. —

————— A Câmara Municipal apreciou e deliberou, por unanimidade, aprovar o valor resultante da revisão de preços, resultando um crédito a favor do Município no valor de €173,42, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, em relação à empreitada “Requalificação do Largo Infante D. Henrique e Zona Envolvente (Rua Nossa Senhora do Caminho, Zona Confinante Largo Mouzinho de Albuquerque)”, na qual é adjudicatário Construções Pragosa, S.A., procedendo-se às respetivas diligências, nos termos propostos na informação técnica supracitada. —

————— ** —

DELIBERAÇÃO Nr. 2015/0206/D.O.M. (SOAA) —

Requalificação do Largo Infante D. Henrique e Zona Envolvente (Rua Nossa Senhora do Caminho, Zona Confinante Largo Mouzinho de Albuquerque) – Infraestruturas Diversas —

Revisão de Preços Definitiva —

Adjudicatário: Construções Pragosa, S.A. —

Processo nº: 22/DOM/013 —

MGD n.º 82 de 10/04/2015 —

————— Presente informação n.º 82/2015 emitida em 10/04/2015 pelos Serviços Técnicos da D.O.M. a informar que, de forma a dar cumprimento ao previsto no artigo 382º do Decreto-Lei 18/08, de 29 de janeiro, foi efetuado o 2º cálculo da revisão ordinária de preços dos trabalhos executados, relativamente à obra mencionada em epígrafe. —

————— Do cálculo efetuado, obteve-se o coeficiente de atualização mensal, nos seguintes valores de 0,9900001 a 1,009999, para os trabalhos de natureza prevista, conforme indicado no mapa anexo, pelo que não haverá lugar a revisão de preços. —

————— A Revisão de Preços Definitiva da empreitada deverá ser remetida ao empreiteiro, Construções Pragosa, S.A., podendo este, em 15 dias, proceder à sua aceitação ou, discordando da mesma, apresentar reclamação fundamentada. —



MUNICÍPIO DA BATALHA
CÂMARA MUNICIPAL DA BATALHA
(GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA)

Página 29 de 29

_____A Câmara Municipal apreciou e deliberou, por unanimidade, concordar com a informação emitida pelos Serviços Técnicos da D.O.M., onde se conclui que não haverá lugar a revisão de preços em relação à empreitada “Requalificação do Largo Infante D. Henrique e Zona Envolvente (Rua Nossa Senhora do Caminho, Zona Confinante Largo Mouzinho de Albuquerque) – Infraestruturas Diversas”, em que é adjudicatário Construções Pragosa, S.A., pelo que deverão os Serviços proceder à elaboração da conta final da empreitada, atento o exposto na informação supracitada. _____

_____ ** _____

DELIBERAÇÃO Nr. 2015/0207/G.A.P. _____

Aprovação da Ata em Minuta _____

_____A Câmara Municipal, usando da faculdade que lhe confere o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por unanimidade, aprovar esta ata em minuta, para que as deliberações tomadas possam ter execução imediata. _____

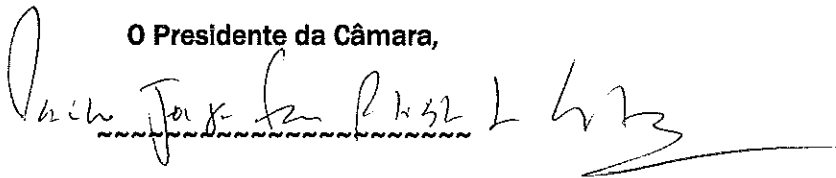
_____ ** _____

ENCERRAMENTO _____

_____E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente encerrada a reunião, eram dezoito horas e quarenta e cinco minutos, mandando que, de tudo para constar, se lavrasse a presente ata que eu, Helena Maria Paula Vicente, Secretária do Gabinete de Apoio à Presidência, nomeada para o efeito, redigi e subscrevo. _____

_____Batalha, 13-04-2015 _____

O Presidente da Câmara,



A Secretária do G.A.P.

